



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

DIREITOS SEXUAIS E DE GÊNERO NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Camila Mirelli Calaça de Sá; Marcus César da Silva Leandro

Universidade Federal do Vale do São Francisco, camilapsicounivasf@gmail.com; Universidade Federal do Vale do São Francisco, marcusleandro@hotmail.com.

Resumo do artigo: O presente artigo revela uma investigação dos direitos sexuais e de gênero que perpassam o ambiente escolar. Essa análise traz alguns conceitos inerentes sobre esses direitos e como eles são exercidos por meios de políticas públicas e cartilhas governamentais. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e os resultados aparentes apontam para uma não aplicação de projetos propostos pelo governo na esfera escolar, gerando dificuldades que permeiam o acesso a informação e a oportunidade de se trabalhar esse assunto envolvendo a educação de crianças e jovens.

Palavras-chave: Direitos sexuais, gênero, políticas públicas, educação.

Introdução

A ideia de direitos sexuais está em um entrelaço com a perspectiva dos direitos humanos. Esse juízo aponta para um possível exercício da sexualidade de forma livre e responsável (como se concebe naturalmente a vida humana), que sendo assim, supere abordagens repressivas, que caracterizam, muitas vezes, aplicações jurídicas dominantes, que segundo Rios (2006), essa atuação pode ter uma compreensão positiva dos direitos.

Ainda Rios (2006) retrata a evolução de documentos sobre o reconhecimento e proteção dos direitos humanos. Esses registros foram ampliados e começou-se a abranger vários outros temas, como: econômico, social e cultural. Começa-se, então, a se preocupar com outras questões (RIOS, 2006, p.73): “passando pela atenção a questões concretas relacionadas, por exemplo, com gênero e infância”.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A sexualidade foi e é um tema ainda bastante gerador de discussões e formação de conhecimentos, existindo inúmeras teorias, estudos e políticas sobre o assunto. Foucault (1988) se debruçou sobre a história da sexualidade em três volumes, logo no início do primeiro livro, ele conta um fato histórico – a Era Vitoriana - em que tudo era mais aberto, menos regrado, sejam palavras ou atos, e que logo após é silenciado com a restrição desses acontecimentos para o “quarto dos pais” (com o controle do capital e influencia religiosa). Essas restrições já eram generalizadas para as crianças, como é observado em:

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. (FOUCAULT, 1988, p.10)

Apesar dessa assertiva de Foucault retratar o imaginário de uma época (que se estende para muitos casos dos dias atuais), o gênero e a sexualidade invade conversas, jogos, atitudes e espaços, principalmente, quando o tema que não era tocado em casa, passa a ser visto e vivenciado na escola – um dos primeiros lugares em que a criança é exposta a ter relações interpessoais mais assíduas, fora do ambiente familiar.

Essa socialização na infância se constitui por diversos atravessamentos de ordem sexual e de gênero, mas também por processos culturais e plurais que inserem esse gênero masculino e feminino como únicos e imutáveis. Eles são firmados como verdades inalienáveis e já postos para o sujeito em aprendizagem – a criança. O Corpo Educado, livro de Louro (2000), aborda esse conjunto de reflexões acerca dessa temática. Há uma tentativa de adequá-los aos grupos já construídos na nossa sociedade ocidental. Esses grupos normatizam tentando rotular e encaixar esses corpos em linhas que sejam consideradas coerentes: homens, brancos, heterossexuais.

Nesse contexto, ainda segundo Louro (2000), apresentam-se várias categorias do ser homem e mulher numa escola. As meninas reproduzem comportamentos gentis, dóceis e



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

obedientes, como observados das suas professoras; os meninos são destinados aos esportes e a cultuarem uma dureza de sentimentos – não se expressam emocionalmente. A fuga dos padrões estabelecidos e normatizados para o gênero bipartidário (feminino/masculino) é iminentemente uma questão que distorce os discursos que a instituição escola tem (com as suas tradições e suas disciplinas). Por essa ruptura aos padrões é que aparecem questões sobre as expressões da sexualidade que estavam veladas e sem discussões.

A partir dessa realidade, surge a necessidade de discutir sobre a efetividade dos direitos sexuais e de gênero dentro do contexto escolar. A negação dos direitos sexuais é pautada no sexismo e no heterossexismo, ou seja, na crença de que mulheres são inferiores aos homens e homossexuais são inferiores aos heterossexuais (MURTA *et.al*, 2012). Assim, “[...] a escola reproduz o sexismo e o heterossexismo ao manifestar sua concordância com discursos e práticas excludentes [...]” (BORGES & MEYER, 2008; SIEBEN & WALLOWITZ, 2009 *apud* MURTA *et.al*, 2012, p. 336). Essa mesma concordância ocorre, em alguns casos, e de maneira velada, quando a escola, por exemplo, se nega a sequer discutir assuntos dessa ordem. (LIONÇO & DINIZ, 2009; LOURO, 2007 *apud* MURTA *et.al*, 2012).

Com isso, é viável apresentar o cenário atual de políticas públicas associadas ao ambiente escolar e os seus sujeitos. Evidenciando os temas propostos, como eixos temáticos provocadores e intrínsecos ao cotidiano em que a criança está inserida.

Metodologia

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 166) “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Baseando-se nessa concepção, o método mais congruente para os objetivos desse artigo é o levantamento bibliográfico, permitindo essa nova integração e visão sobre o tema que abordado.

Parte-se da proposta de utilizar documentos oficiais recentes e programas que o Governo Federal disponibilizou na internet como fonte de possíveis dados que alcancem os objetivos deste artigo, ficando restrita a quantidade, devido à disponibilidade temporal de leitura e análise dessas produções.

Ressaltando o que foi dito por Marconi & Lakatos, Ruiz (2002) destaca algumas vantagens, e como é importante ao pesquisador a relevância que a pesquisa bibliográfica oferece ao espírito do fazer ciência:

[...] procura assuntos cujo estudo e aprofundamento lhe possam trazer contribuição efetiva para o próprio amadurecimento cultural, e alguma contribuição objetiva ao esclarecer melhor um problema, ao cobrir uma lacuna, ou corrigir uma falsa interpretação, ao esclarecer aspectos até então obscuros, ao aprimorar a definição de um conceito ambíguo, ao promover o aprofundamento sobre tema relevante pelo seu conteúdo e pela sua atualidade. (RUIZ, 2002, p. 60)

Resultados e discussões

A criança concebida como ator social, sujeito ativo e participante no meio em que vive é uma aposta oferecida pelo decurso atual, pois tenta romper com lógicas antigas de se pensar a criança: “ou se conforma, ou é tida como desviante” (ROSERMBERG & MARIANO, 2010, p. 694).

É com assertiva que apresenta-se um panorama de como se implica a educação sexual e de gênero no regimento escolar, que envolverá uma discussão da informação até o exercício do direito sexual na escola.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A partir da compreensão do que são direitos sexuais e de como eles podem ser garantidos dentro do ambiente escolar, foram encontrados no levantamento bibliográfico dessa pesquisa alguns documentos de setores públicos voltados para a educação que visam

“[...] promover a interlocução, a informação e a formação de gestores, educadores e demais pessoas interessadas no campo da educação continuada, assim como reafirma o ideal de incluir socialmente o grande número de jovens e adultos, excluídos dos processos de aprendizagem formal (SECAD/MEC e UNESCO, 2009, p.01)

Promover espaços de discussões desses temas desde cedo, ainda na graduação, é de fundamental importância para capacitar professores e gestores a lidarem de forma eficiente com as questões pertinentes a essa temática. Com vistas nisso, Dinis e Cavalcanti (2008) efetuaram um estudo com estudantes formandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que aponta um índice de 66% dos estudantes afirmando que o tema gênero não foi trabalhado durante a graduação. Já em relação à temática da sexualidade, os dados dessa pesquisa apontam que 68% dos discentes afirmaram que a questão da sexualidade foi discutida durante a graduação. Porém, mesmo que esse tema tenha sido objeto de discussão dentro do ambiente acadêmico, 81% dos alunos disseram que não se sentem capacitados para trabalhar com questões que envolvam essa temática.

Mesmo que essa pesquisa tenha sido efetuada em apenas uma universidade, essa pode ser a realidade de muitos outros contextos acadêmicos, uma vez que os educadores, depois de formados, ou seja, já inseridos na educação regular, apresentam insegurança e despreparo para trabalhar com essas questões. Esse fato pode ser decorrente, também, da falta de discussões desse eixo temático ainda nas graduações.

No entanto, é sabido que há uma construção histórica e cultural que alicerça pensamentos contrários às concepções contemporâneas sobre sexualidade e gênero, fatos que interferem no tratamento dessas questões dentro do ambiente escolar. Referindo-se aos educadores, Dinis e Cavalcanti (2008) afirmam que esses profissionais “[...] provavelmente



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sentem-se assim por um processo histórico de negação às diversidades sexuais e de gênero, principalmente quando o que está em pauta é um espaço escolar embasado por perspectivas [...] normatizantes acerca das identidades.” (p.105).

Existem, nos diversos setores da sociedade, aqueles chamados de conservadores (igreja e militares, por exemplo), que se colocam contra a inserção da temática de sexualidade e gênero nas escolas. Mesmo assim, há, no Brasil, o programa governamental chamado “Brasil sem Homofobia”, lançado em 2004, que tem o objetivo de apoiar:

“Projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;”
“Capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;” “Disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual;” “Incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLBT”. (Brasil sem Homofobia, Conselho Nacional de Combate a Discriminação, 2004, p. 11).

O programa visa dar suporte à classe de homossexuais que é tão discriminada, estabelecendo o respeito, dando autonomia para esses sujeitos denunciarem qualquer forma de intolerância contra tal grupo. Porém, o programa não foi efetivado devido às pressões contrárias da bancada religiosa fundamentalista presente e representante no congresso.

Logo, a dificuldade de inserção desses programas/materiais educativos dentro das escolas acaba inviabilizando ainda mais a garantia dos direitos sexuais e de gênero. Professores e gestores, que muitas vezes são pouco instruídos para lidar com o tema, acabam não possuindo subsídios suficientes para o tratamento dessas demandas, o que pode acabar gerando ainda mais preconceito e descaso, pois, uma vez que o tema não é trabalhado, ele acaba caindo na via do negligenciamento. Em alguns casos, as iniciativas de inserção dessa temática dentro da escola ocorrem dentro de um planejamento já previsto no plano pedagógico. Porém, em outras vezes, essas iniciativas ocorrem de maneira esporádica quando,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

por exemplo, há algum evento específico, ou como resposta a alguma situação no colégio, como namoro, violência de gênero ou gravidez. (UNESCO, 2013).

Como seria imprudente esperar por uma iniciativa da instituição (na qual, em alguns casos, há um atravessamento religioso e moral que pode barrar o tratamento dessas questões), alguns materiais de orientações técnicas de educação em sexualidade continuam sendo produzidos, como, por exemplo, o Manual de Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro (UNESCO, 2013), que é destinado a educadores e gestores. Materiais como esse são de grande valia para a orientação desses sujeitos no exercício de suas profissões, ao passo que esses manuais apresentam uma proposta mínima de técnicas e posicionamentos de como esses profissionais devem lidar com alunos que apresentarem demandas da ordem do sexual ou de gênero, se aproximando, assim, de uma maior garantia dos direitos ligados a essas questões no âmbito da educação.

Por fim, vale ressaltar a importância de se contestar e modificar práticas sexistas e heterossexistas do contexto escolar. Isso é primordial, pois alguns discursos do dia-a-dia são responsáveis, por exemplo, por masculinizar a forma de tratamento quando se refere tanto aos meninos como as meninas. Esse tipo de linguagem não é obra do acaso, mas um reflexo de uma cultura que enaltece o homem enquanto progenitor e figura máxima (NOGUEIRA, 2010). Por isso, justifica-se, assim, o mérito no tratamento de questões relativas a diversidade sexual e de gênero no contexto educacional. A escola deve abandonar o posto passivo e se abster de tratar (quando há tratamento) essas temáticas de forma simplistas e pontuais; “cabe a ela se aprofundar em conhecimentos científicos historicamente construídos e através de discussões e reflexões oportunizar a mudança de atitudes a todos/as os/as sujeitos envolvidos na educação.” (NOGUEIRA, 2010, p. 16).

Conclusão

A partir do que foi exposto nesse trabalho, conclui-se como fundamental a inclusão de materiais educativos e que orientem as práticas de alunos, professores e gestores, a fim de que



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

se possa haver, também, uma maior abertura da escola para se trabalhar as temáticas de sexualidade e gênero, gerando discussões que são tão escassas no ambiente educacional. Cartilhas e manuais podem, ainda, nortear os educadores a lidarem eficientemente com conteúdos dessa ordem, uma vez que (como já foi explanado ao longo desse trabalho) muitos desses profissionais encontram-se incapacitados para manejarem demandas assim.

Em relação às políticas governamentais, vale destacar que mais ações devem existir para garantir os direitos sexuais e de gênero na área da educação, uma vez que estes são, por contraposições de setores conservadores, tão negligenciados. As ações devem se pautar nos princípios do respeito e da tolerância à diversidade, e não em questões puramente religiosas ou morais, uma vez que o estado é laico.

Por fim, é possível ratificar a importância desse trabalho com a finalidade de reunir diversas produções científicas para subsidiar uma nova leitura sobre os direitos sexuais e de gênero dentro da escola, no sentido de que esse estudo é necessário, pois esse é um debate muito polêmico e deve-se utilizar desses conhecimentos para garantir esses direitos que são, genuinamente, de direito.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf > Acesso em: 21 Abril 2015.

BRASIL, **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187191por.pdf>> Acesso em: 21 Abril 2015.

DINIS, N. F.; CAVALCANTI, R. F. **Discursos sobre a homossexualidade e gênero na formação em pedagogia.** Pro- Posições. v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a08v19n2.pdf>> Acesso em: 21 Abril 2015.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber.** Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

LOURO, G. L. **Gênero e Sexualidade: Pedagogias Contemporâneas.** Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em: 17 Abril 2015.

LOURO, G. L. (org). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte, 2 edição. Autêntica, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed. – São Paulo, Atlas, 2010.

MURTA, et al. **Direitos Sexuais e Reprodutivos na Escola: Avaliação Qualitativa de um Estudo Piloto.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Jul- Set 2012, Vol. 28. n.3, pp. 335 – 344. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n3/a09v28n3.pdf> > Acesso em: 20 Abril 2015.

NOGUEIRA, D. M. **Gênero e Sexualidade na Educação.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em:<
<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf>> Acesso em: 21 Abril 2015.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.** Brasília: UNESCO, 2013. Disponível em: <
http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/Orientacoes_educacao_sexualidade_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf> Acesso em: 20 Abril 2015.

RIOS, R. R. **Para um direito democrático da sexualidade.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.26, p. 71- 100, jul/dez.2006. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a04v1226>> Acesso em: 17 Abril 2015.

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. **A Convenção Internacional sobre os direitos da criança: Debates e Tensões.** Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.693-728, set./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a03.pdf> > Acesso em: 19 Abril 2015.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

RUIZ, J. Á. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 5.ed. – São Paulo, Atlas, 2002.